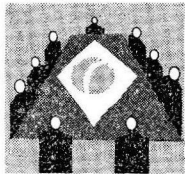


Estados rejeitam proposta para dívida

ALDO RENATO SOARES
e SANDRA SATO



BRASÍLIA
— O governo
recuou na
proposta de
rolagem da
dívida dos Es-
tados e muni-

cípios com a União e cedeu às pressões dos governadores para garantir a aprovação do projeto de ajuste fiscal. O envio ao Congresso do projeto de rolagem da dívida, que deveria ocorrer ontem, foi transferido para terça-feira, depois que novo texto foi aprovado pelo ministro do Planejamento e Fazenda, Paulo Haddad, e pelos governadores.

Após uma reunião com os secretários estaduais de Fazenda e alguns governadores, ontem, Haddad negou qualquer vinculação entre o projeto de rolagem e o projeto de ajuste fiscal. "Há uma perfeita autonomia entre os dois projetos", afirmou. Mas ao sair do Ministério da Fazenda, o governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, deixou clara a posição dos Estados. "Se o governo quer resolver a sua situação com o ajuste fiscal tem de levar em conta, também, a situação financeira dos Estados."

Para não deixar dúvidas sobre a ligação entre os assuntos, o presidente da comissão do ajuste fiscal da Câmara, deputado José Dutra (PMDB-



Pró e contra

Nível de comprometimento da receita é exagerado, mas destinação social dos recursos é louvável, diz Fleury

AM), apareceu na reunião, acompanhando o governador Gilberto Mestrinho, e foi explícito: "O governo não conseguirá aprovar o ajuste fiscal, se o projeto de rolagem da dívida dos Estados não atender aos governadores." O governo acabou aceitando duas propostas que alteraram profundamente o projeto divulgado sábado pelo ministro do Planejamento.

Agora, além da dívida con-

tratual com as instituições financeiras federais, os Estados mais endividados poderão incluir no limite de comprometimento da receita líquida os 17% do serviço da dívida mobiliária que resgatam atualmente. Outra vantagem: redução para 7%, no primeiro ano, e 10%, no segundo ano, do limite de comprometimento das receitas líquidas com o pagamento da dívida.

O projeto original do gover-

no estabelecia os limites em 11% no primeiro ano e 15% no segundo ano, como dispõe a Resolução 86 do Senado. Além disso, os Estados conseguiram que a apuração dos saldos devedores seja feita até 28 de fevereiro de 1993, e não mais 31 de dezembro de 1992. Os governadores também querem reduzir o percentual obrigatório de resgate das dívidas mobiliárias, de 17% para 12% dos títulos vencidos.

Sem cerimônia — Diante da reviravolta no projeto, foi suspensa a cerimônia dos governadores no Palácio do Planalto. No Ministério da Fazenda, estiveram, além de Collares, os governadores do Pará, Jader Barbalho, do Amazonas, Gilberto Mestrinho, do Mato Grosso, Jaime Campos, e do Maranhão, Edison Lobão. O secretário de Fazenda de Minas, Roberto Brant, disse que hoje alguns secretários de Fazenda definirão um texto com o secretário do Tesouro, Muriilo Portugal, para ser levado aos governadores.

O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, reclamou da norma fixada pelo governo federal que determinava o comprometimento de 15% da receita dos Estados para rolar as dívidas. "É exagerado", avaliou. Mas elogiou a aplicação de parte dos recursos obtidos com a rolagem das dívidas dos Estados em programas sociais.

Marcos Fernandes/AE — 27/8/92

ESTADO DE SAO PAULO

13 JAN 1993